



Prefeitura de Itapoá
Secretaria de Administração
Gerência de Compras, Licitações,
Contratos e Almoxarifado.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2025

PROCESSO Nº 92/2025

PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL Nº 90040/2025

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ (UASG 989985)

Secretarias de Administração, Agricultura e Pesca, Assistência Social, Desenvolvimento Social e Econômico, Educação, Esporte e Lazer, Fazenda, Gabinete do Prefeito, Infraestrutura, Meio Ambiente, Ordem Pública, Planejamento Urbano, Saúde, Turismo e Cultura.

OBJETO

Contratação de seguro para a frota municipal, compreendendo as seguintes coberturas: abrangente total, responsabilidade civil facultativa de veículos (RCF-V) e responsabilidade civil operacional (RCO), conforme especificações e exigências estabelecidas neste instrumento conforme especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 644.562,57 (seiscentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **11/11/2025** às **08h30min** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO

LOCAL

Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br, UASG 989985

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2025
PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL Nº 90040/2025

O Município de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#), Decreto Municipal nº 5.853/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de seguro para a frota municipal, compreendendo as seguintes coberturas: abrangência total, responsabilidade civil facultativa de veículos (RCF-V) e responsabilidade civil operacional (RCO), conforme especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

1.1.1. O valor estimado total para a aquisição do objeto é de **R\$ 644.562,57 (seiscentos e quarenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta e sete centavos)** conforme disposto no ANEXO IV - Termo de Referência.

1.2. A licitação será realizada em grupos, conforme demonstrado no ANEXO IV – Termo de Referência.

1.3. Local: Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras/pt-br, UASG 989985.

1.4. Referência de Tempo: Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

1.5. Data e horário para início de cadastro de propostas: **23/10/2025 às 08h30min.**

1.6. Data e horário limites para cadastro de propostas e início da sessão pública: **11/11/2025 até às 08h30min.**

1.7. Modo de disputa: Aberto e Fechado, nos termos do art. 56, inciso I e II da Lei Federal 14.133/2021.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123/2006](#) e do Decreto n.º 8.538/2015

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Cujo objeto social não seja pertinente e compatível ao objeto licitado;

2.6.3. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.4. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.5. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.6. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.7. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

2.6.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.9. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.10. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio tendo em vista tratar-se contratação de pequeno porte e existência de diversas empresas atuantes no mercado, não demonstrando vantagens tanto na competitividade quanto na economicidade;

2.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.3 e 2.6.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.3 e 2.6.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133/2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021](#).

3.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123/2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. valor unitário e total do item, com 2 (duas) casas decimais;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um) centavo**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa "aberto e fechado", onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade

empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538/2015](#).

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187/2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429/1992](#).

6.2.1. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.5 deste edital.

6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.6.1. conter vícios insanáveis;

6.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.7.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

6.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.9.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo máximo de até 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.

7.1.1. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do proponente poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

7.2. A documentação para fins de habilitação no presente pregão é constituída de:

7.2.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pelas assinaturas da proposta comercial, das declarações constantes neste edital e do contrato social; se for o caso, apresentar procuração conferindo poderes ao responsável pela empresa para praticar atos junto à Administração Pública.

7.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;

7.2.3. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.5. Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e às contribuições previdenciárias e de terceiros;

7.2.6. Certidão Negativa de Débitos Estaduais, da sede do proponente;

7.2.7. Certidão Negativa de Débitos Municipais, da sede do proponente;

7.2.8. Certificado de Regularidade do FGTS;

7.2.9. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440/2011;

7.2.10. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

7.2.11. Para fins de Habilitação Técnica, serão exigidos os seguintes documentos:

7.2.11.1. A licitante deverá apresentar registro da pessoa jurídica junto à Superintendência de Seguros Privados (Susep).

7.3. Os comprovantes exigidos, quando for o caso, que não constem vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

7.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660/2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022](#).

7.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição e, uma vez sendo declarada vencedora do certame, terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.19. A não regularização da documentação, no prazo fixado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 sendo facultado à Administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

- 8.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7.** Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.
- 8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://itapoa.sc.gov.br> e www.gov.br/compras/pt-br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 9.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1.** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 9.1.2.2.** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 9.1.2.3.** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 9.1.2.4.** Deixar de apresentar amostra;
- 9.1.2.5.** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1.** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 9.1.5.** Fraudar a licitação;
- 9.1.6.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1.** Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 9.1.6.2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 9.1.6.3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 9.1.8.** Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846/2013](#).
- 9.2.** Com fulcro na [Lei nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1.** Advertência;
- 9.2.2.** Multa;
- 9.2.3.** Impedimento de licitar e contratar, e
- 9.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2.** As peculiaridades do caso concreto.
- 9.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 9.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- 9.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da comunicação oficial.
- 9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.
- 9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73/2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133/2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no autoatendimento do site www.itapoa.atende.net ou pelo e-mail licitacoes@itapoa.sc.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial do município no endereço eletrônico itapoa.atende.net.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I – Modelo de Proposta;

11.11.2. ANEXO II – Minuta do Contrato Administrativo;

11.11.3. ANEXO III – Relação dos veículos

11.11.4. ANEXO IV – Termo de Referência;

11.11.4.1. Apêndice do Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar;

Itapoá, 16 de outubro de 2025.

ASSINANTES:

Ricardo Lastra

Gerente de Compras, Licitações, Contratos e Almoxarifado

Decreto Municipal nº 5691/2023

Elaine Cristina Alves

Chefe de Gabinete do Prefeito

Rafael Eduardo de Oliveira

Secretário de Administração

Joarez Antonio Santin

Secretário de Agricultura e Pesca

Fábio T. Pietrangelo

Secretário de Assistência Social

Felipe Alessandro Santos

Secretário de Desenvolvimento Social e Econômico

Andressa Dambrós

Secretária de Educação

Fernando dos Santos

Secretário de Esporte e Lazer

Odir Schlichting da Silva

Secretário da Fazenda

Diogo E. L. Gonçalves

Secretário de Infraestrutura

Rafael Brito Silveira

Secretário do Meio Ambiente

José Antônio Stoklosa

Secretário de Ordem Pública e Trânsito

Alexandre Luis Constâncio

Secretária de Planejamento Urbano

Cristian Ângelo Grassi

Secretário de Saúde

Thiago M. Barbosa Simoes

Secretário de Turismo e Cultura

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE:

Razão Social:		
CNPJ/MF nº:		Inscrição Estadual nº:
Endereço:		Bairro:
CEP:		Cidade/Estado:
Telefone:	Fax:	E-mail:
Banco:	Agência:	Conta Corrente:
Representante Legal/Procurador:		
CNPJ/MF nº:		Cargo/Função:
Responsável Técnico:		
CNPJ/MF nº:		Cargo/Função:

2. OBJETO: O objeto da presente licitação é a Contratação de seguro para a frota municipal, compreendendo as seguintes coberturas: abrangente total, responsabilidade civil facultativa de veículos (RCF-V) e responsabilidade civil operacional (RCO), conforme especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

LOTE 1: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA SEGURO DOS BENS MÓVEIS "VEÍCULOS "SENDO: ABRANGENTE TOTAL, RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA DE VEÍCULOS (RCF-V) DA FROTA DA PREFEITURA DE ITAPOÁ. - CATSER 30127

Item	Veículo	Placa	Ano	Cobertura	Carro Reserva	Valor Unitário
1	FIAT/ STRADA FREEDOM CD 1.3 FLEX	TPO6H94	2025/2025	TOTAL	SIM	
2	CHEV./ SPIN 18L AT PREMIER	TPO6I24	2025/2025	TOTAL	SIM	
3	FIAT/ STRADA FREEOM CD 1.3	TPK2F95	2025/2025	TOTAL	SIM	
4	FIAT/ STRADA ENDURENCE CS – 07264	SXX5D64	2025/2025	TOTAL	SIM	
5	FIAT / STRADA ENDURENCE CS – 08146	SXX5E54	2025/2025	TOTAL	SIM	
6	FIAT/STRADA VOLCANO CD 1.3	TPT1C16	2025/2026	TOTAL	SIM	
7	SPIN PREMIER NOVA	TPT1B26	2025/2026	TOTAL	SIM	
8	STRADA WORKING / FIAT	QID-6847	2017/2018	TOTAL	SIM	
9	STRADA WORKING / FIAT	MKT-3F86	2012/2013	TOTAL	SIM	
10	ONIX HATCH JOY/ GM	QIP-6B07	2017/2018	TOTAL	SIM	
11	HB20 / VIG. EPID.	QJQ-5893	2019/2019	TOTAL	SIM	
12	HB20 / GESTÃO	QJK-9B74	2019/2019	TOTAL	SIM	
13	BIZ 110I/HONDA	QHT-0559	2016/2016	TOTAL	SIM	
14	BIZ 110I/HONDA	QHS-8079	2016/2016	TOTAL	SIM	
15	GOL / VW	RLA5F47	2020/2020	TOTAL	SIM	
16	VECTRA EXPRESSION / GM	MHR-6425	2009/2010	TOTAL	SIM	
17	FIAT / ARGO NOVO	RYN2A72	2023/2023	TOTAL	SIM	
18	SPIN (GABINETE)	RYN1H62	2023/2023	TOTAL	SIM	

19	SPIN PREMIER (CAPS)	RYQ5B55	2023/2024	TOTAL	SIM	
20	LOGAN DYNAMIQUE / RENAULT	QJC-3976	2018/2019	TOTAL	SIM	
21	SPIN LTZ / GM	QJI -6842	2018/2018	TOTAL	SIM	
22	PARTNER 1.6/PEUGEOT	RAH-2G50	2020/2020	TOTAL	SIM	
23	PEUGEOT EXPERT BUSINPK	GNC5C87	2020/2020	TOTAL	NÃO	
24	KA BONGO KIA (FURGÃO)	MMK-8672	2013/2014	TOTAL	NÃO	
25	FORD KA	QTK-3794	2019/2019	TOTAL	SIM	
26	FIAT/STRADA VOLCANO	RYF9A13	2023/2023	TOTAL	SIM	
27	L200 TRITON	AWZ7I05	2013/2013	TOTAL	SIM	
28	CAMINHÃO CARGA BASCULANTE	RYC5D06	2022/2023	TOTAL	NÃO	
29	CAMINHÃO (BASC.)	QJI-8234	2019/2019	TOTAL	NÃO	
30	FORD KA SE PLUS	RAI4G22	2019/2020	TOTAL	SIM	
31	UNO MILLE / FIAT	MLL-9936	2013/2013	TOTAL	SIM	
32	LIVINA S 1.6 16V / NISSAN	MLY-5713	2013/2014	TOTAL	SIM	
33	KA SEDAN 1.5 SE PLUS/FORD	QIY-0395	2018/2018	TOTAL	SIM	
34	CRONOS	RXP7J34	2022/2022	TOTAL	SIM	
35	MONTANA SPORT / GM	RAD0E52	2020/2020	TOTAL	SIM	
36	MOTO YAMAHA /YBR150 FACTOR	RAG-4146	2019/2019	TOTAL	SIM	
37	PALIO WEEK ATTRACTIVE / FIAT	MLW-1258	2013/2014	TOTAL	SIM	
38	FIAT/ ARGO	RYN2I74	2023/2023	TOTAL	SIM	
39	FIAT / ARGO CONSELHO TUTELAR	RYN2I44	2023/2023	TOTAL	SIM	
40	SPIN PREMIER	RYN4H54	2023/2024	TOTAL	SIM	
41	TRACKER PREMIER / GM	QJH-9E38	2018/2018	TOTAL	SIM	
42	CHEVROLET S10	RLJ6G35	2021/2022	TOTAL	SIM	
43	MOTO YAMAHA XTZ 150 CROSSER	RAD3J93	2020/2020	TOTAL	SIM	
44	FIAT / ARGO	RYR9C13	2023/2023	TOTAL	SIM	
45	OROCH / RENAULT	RDU4H64	2019/2020	TOTAL	SIM	
46	UNO MILLE / FIAT	MKK-7773	2012/2013	TOTAL	SIM	
47	LOGAN EXPRESSION / RENAULT	OKE-5646	2014/2015	TOTAL	SIM	
48	ONIX PLUS / CHEVROLET	RAA6J98	2022/2023	TOTAL	SIM	
49	KA SEDAN / FORD	OKD-7214	2019/2019	TOTAL	SIM	
50	LOGAN EXPRESSION / RENAULT	OKE-5G46	2014/2015	TOTAL	SIM	
51	MONTANA SPORT / GM	QJI-8264	2019/2019	TOTAL	SIM	
52	FIAT /STRADA VOLCANO	RYR8B33	2023/2023	TOTAL	SIM	
53	FIAT / ARGO	RYT9I06	2023/2023	TOTAL	SIM	
54	SAVEIRO / VW	MLK-7I94	2013/2014	TOTAL	SIM	
55	CAMINHÃO12170 TURBO 2P (DIESEL)	MCF-4120	1997/1998	TOTAL	NÃO	
56	CAMINHÃO EURO.(BASC.) IVECO	MII-2754	2010/2010	RCF	NÃO	
57	FH12 380 GLOBETROTTER 4X2	ABB-4646	2004/2004	TOTAL	NÃO	
58	CAMINHÃO (BASC.)/ MERCEDES	OKF-0724	2014/2014	RCF	NÃO	
59	TECTOR CAMINHÃO (BASC.) IVECO	QJE-1575	2018/2019	RCF	NÃO	
60	TECTOR CAMINHÃO (BASC.) IVECO	QJE-1595	2018/2019	RCF	NÃO	
61	CAMINHÃO COMBOIO/MERCEDES	RAJ-0514	2019/2019	RCF	NÃO	
62	L200 TRITON	SXH0H64	2024/2025	TOTAL	SIM	
63	FORD KA HATCH	QTK-3814	2019/2019	TOTAL	SIM	

64	FIAT STRADA FREEDON CD	RXX0H25	2022/2022	TOTAL	SIM	
65	FIAT / STRADA FREEDON CS	RYN5G74	2023/2023	TOTAL	SIM	
66	FIAT/ STRADA FREEDON CD	RYK6G35	2023/2023	TOTAL	SIM	
67	DUSTER/ RENAULT	RAI-5187	2019/2020	TOTAL	SIM	
68	SPIN PREMIER SAÚDE PSF	RYX0D08	2023/2024	TOTAL	SIM	
69	FIAT/ ARGO GESTÃO	RYJ3E19	2023/2024	TOTAL	SIM	
70	FIAT / ARGO (NOVO) VIGIL.	RYT9I86	2023/2023	TOTAL	SIM	
71	CHEV/ONIX HATCH	RYA8B90	2023/2023	TOTAL	SIM	
72	CHEV/ONIX HATCH	RYA8G10	2023/2023	TOTAL	SIM	
73	CHEV/ONIX A+ PLUS	RYL5E18	2023/2024	TOTAL	SIM	
74	FIAT/ ARGO	RYW5I48	2023/2024	TOTAL	SIM	
75	FIORINO ENDURENCE	RYA7G30	2023/2023	TOTAL	SIM	
76	SPIN CARRO NOVO	RYT2J02	2023/2023	TOTAL	SIM	
77	SPIN PREMIER – TFD	SXN4E96	2024/2025	TOTAL	SIM	
78	STRADA FREEDOM CD	RYR7B80	2024/2025	TOTAL	SIM	
79	STRADA FREEDOM CD – DENGUE – VIGIL	RYR5I60	2024/2025	TOTAL	SIM	
80	FIORINO ENDURENCE – GESTÃO	RYR7C10	2024/2025	TOTAL	SIM	
81	ARGO DRIVE – VIGILANCIA	SXS5A29	2024/2025	TOTAL	SIM	
82	FORD TRANSIT	SXU5G96	2024/2025	TOTAL	SIM	
83	FORD TRANSIT	SXW8J71	2024/2025	TOTAL	SIM	
84	FIORINO ENDURENCE	SXU5F56	2024/2025	TOTAL	SIM	
85	SPIN PREMIER 18L	SXK2B70	2024/2025	TOTAL	SIM	
86	FIORINO ENDURE (INFORMATICA	RYR7D40	2024/2025	TOTAL	SIM	
87	NISSAN/ FRONTIER	SXA7A29	2024/2025	TOTAL	SIM	
88	FIAT/STRADA VOLCANO	SXQ6A89	2024/2025	TOTAL	SIM	
89	NISSAN/ FRONTIER	SXW3E21	2024/2025	TOTAL	SIM	
90	IVECO / DAILY 35CS	SXW1E11	2024/2025	TOTAL	SIM	
91	RENAULT/ MASTER FLASH	SXT3D79	2024/2025	TOTAL	SIM	
92	AMBULÂNCIA SPRINTER NOVA	RYW4G61	2022/2022	TOTAL	SIM	
93	CAMINHÃO M.BENZ ATEGO	SXI0F33	2023/2024	TOTAL	NÃO	
94	MASTER (AMB.)/ RENAULT	QIY-8275	2018/2019	TOTAL	SIM	
95	SPRINTER NOVA SAMU	RXY5E93	2022/2023	TOTAL	SIM	
96	RETRO 416E CATERP.	PTR-7283	2013/2014	RCF	NÃO	
97	TRATOR TT TL 85E/N.ROLLAND	QIO-7813	2016/2016	RCF	NÃO	
98	RETRO JCB 3CX	RAC-2074	2019/2019	RCF	NÃO	
99	RETROESCAVADEIRA CAT. 416E	PTR-1303	2019/2019	RCF	NÃO	
100	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	PTR-1873	2019/2019	RCF	NÃO	
101	TRATOR AGRÍCOLA SOLIS	ZMT7683	2022/2022	RCF	NÃO	
102	RETRO RD 406 / RANDON	MJN-8003	2012/2012	RCF	NÃO	
103	PRANCHA	RAB-9617	2019/2020	RCF	NÃO	
104	PATROLA 140G/ CATERPILLAR	PTR-0776	1990/1990	RCF	NÃO	
105	PATROLA 120K / CATERPILLAR	PTR-7286	2013/2013	RCF	NÃO	
106	MINI PÁ CARREG.COMPACTA	PTR-5844	2010/2010	RCF	NÃO	
107	TRATOR 785 AGRÍCOLA /VALTRA	PTR-1943	2005/2005	RCF	NÃO	
108	PÁCARREGADEIRA FR 120.2/ FAT.	CPI-1953	2000/2000	RCF	NÃO	
109	ROLO COMP. CA15DINAPAC	PTR-0778	2002/2002	RCF	NÃO	

110	RETRO RD416 (NOVA) CATERP.	PTR-8024	2015/2015	RCF	NÃO	
111	ROLO COMP. VIBRATÓRIO	PTR-1721	2019/2019	RCF	NÃO	
112	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA /ESTE.	PTR-1689	2019/2019	RCF	NÃO	
113	MOTONIVELADORA / KOMATSU	PTR-1650	2018/2018	RCF	NÃO	
114	MOTONIVELADORA / KOMATSU	PTR-1649	2018/2018	RCF	NÃO	
115	RETROESCAVADEIRA RD-7486	PTR-1733	2019/2019	RCF	NÃO	
116	RETROESCAVADEIRA RD-7485	PTR-1734	2019/2019	RCF	NÃO	
117	RETRO ESCAVADEIRA	PTR0488	2024/2024	RCF	NÃO	
118	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	PTR0487	2024/2024	RCF	NÃO	
119	RETO ESCAVADEIRA	PTR0672	2024/2024	RCF	NÃO	
120	RETRO ESCAVADEIRA – NEW HOLLAND	PTR0962	2024/2025	RCF	NÃO	
121	RETRO ESCAVADEIRA	PTR0961	2024/2025	RCF	NÃO	
122	IVECO / TECTOR	S/PLACA	2024/2025	RCF	NÃO	
123	IVECO / DAILY 35CS	S PLACA	2024/2025	TOTAL	NÃO	
					VALOR TOTAL	

LOTE 2: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA SEGURO DOS BENS MÓVEIS “VEÍCULOS” SENDO: COMPREENSIVA TOTAL, RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA DE VEÍCULOS (RCF-V) E RESPONSABILIDADE CIVIL OPERACIONAL (RCO), DA FROTA DA PREFEITURA DE ITAPOÁ. – CATSER 30127						
Item	Veiculo	Placa	Ano	Cobertura	Carro Reserva	Valor Unitário
1	SPRINTER / MERCEDEZ	RLJ3C88	2019/2020	RCO	NÃO	
2	SPRINTER / MERCEDEZ	RXP7D84	2022/2022	RCO	NÃO	
3	NEOBUS	RLP3D20	2021/2022	RCO	NÃO	
4	ONIBUS ESCOLAR RURAL / VW	QHT-3953	2015/2015	RCO	NÃO	
5	NEOBUS MINI ESCOLAR /VW	RDV4E36	2020/2021	RCO	NÃO	
6	MICRO ONIBUS VOLARE	TPI9B32	2024/2025	RCO	NÃO	
7	MICRO ONIBUS/ IVECO	TPO6H44	2025/2026	RCO	NÃO	
8	MASTER MART / RENAULT	QJT-0I98	2018/2019	RCO	NÃO	
9	MICROONIBUS / VOLARE	RYC8F65	2022/2022	RCO	NÃO	
10	M.BENZ SPRINTER – VAN	TPT1D06	2025/2026	RCO	NÃO	
					VALOR TOTAL	

Validade da Proposta:

Declaramos que temos amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos. Declaramos que, o preço proposto compreende a todos os serviços, materiais e encargos necessários à completa realização do serviço e sua entrega completa em todos os pormenores mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.

Local e Data:

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

ANEXO II - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/20...

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAPOÁ**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede à Rua Mariana Michels Borges, nº 201, neste Município, por intermédio do Secretário de Administração, o Sr. **RAFAEL EDUARDO DE OLIVEIRA**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.949/2025, pelo Secretário de Agricultura e Pesca, o Sr. **JOAREZ ANTONIO SANTIN**, nomeado através do Decreto Municipal nº 7.282/2025, pelo Secretário de Assistência Social, o Sr. **FÁBIO TRISTÃO PIETRÂNGELO**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.957/2025, pelo Secretário de Desenvolvimento Social e Econômico, o Sr. **FELIPE ALESSANDRO SANTOS**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.956/2025, pela Secretária de Educação, a Sra. **ANDRESSA DAMBROS**, nomeada através do Decreto Municipal nº 6.955/2025, pelo Secretário de Esporte e Lazer o Sr. **FERNANDO DOS SANTOS SILVA**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.976/2025, pelo Secretário de Fazenda, o Sr. **ODIR SCHLICHTING DA SILVA**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.948/2025, pela Chefe de Gabinete, a Sra. **ELAINE CRISTINA ALVES**, nomeada através do Decreto Municipal nº 6.946/2025, pelo Secretário de Infraestrutura, o Sr. **DIOGO EDUARDO DE LATORRE GONÇALVES**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.951/2025, pelo Secretário de Meio Ambiente, o Sr. **RAFAEL BRITO SILVEIRA**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.979/2025, pelo Secretário de Ordem Pública, o Sr. **JOSÉ ANTÔNIO STOKLOSA**, nomeado através do Decreto Municipal nº 7.066/2025, pelo Secretário de Planejamento Urbano, o Sr. **ALEXANDRE LUIS CONSTÂNCIO**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.952/2025, pelo Secretário de Saúde, o Sr. **CRISTIAN ÂNGELO GRASSI**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.953/2025 e pelo Secretário de Turismo e Cultura, o Sr. **THIAGO MARCEL BARBOSA SIMOES**, nomeado através do Decreto Municipal nº 6.954/2025, e de outro lado a Empresa _____, com sede à Rua _____, nº ____ – sala nº __, Bairro: _____, na cidade de _____/____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. _____ e Inscrição Estadual nº _____, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. _____, portador do CPF/MF nº _____ e do CI.RG nº _____, aqui denominada **CONTRATADA**, ajustam a **Contratação de seguro para a frota municipal, compreendendo as seguintes coberturas: abrangente total, responsabilidade civil facultativa de veículos (RCF-V) e responsabilidade civil operacional (RCO), conforme especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos**, e em conformidade com o que consta no processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO nº 40/2025 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 92/2024** e em observância às disposições da [Lei nº 14.133/2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de seguro para a frota municipal, compreendendo as seguintes coberturas: abrangente total, responsabilidade civil facultativa de veículos (RCF-V) e responsabilidade civil operacional (RCO), conforme especificações e exigências estabelecidas no edital e seus anexos, conforme segue:

LOTE 1: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA SEGURO DOS BENS MÓVEIS "VEÍCULOS" SENDO: ABRANGENTE TOTAL, RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA DE VEÍCULOS (RCF-V) DA FROTA DA PREFEITURA DE ITAPOÁ. - CATSER 30127

Item	Veículo	Placa	Ano	Cobertura	Carro Reserva	Valor Unitário
1	FIAT/ STRADA FREEDOM CD 1.3 FLEX	TPO6H94	2025/2025	TOTAL	SIM	
2	CHEV./ SPIN 18L AT PREMIER	TPO6I24	2025/2025	TOTAL	SIM	
3	FIAT/ STRADA FREEDOM CD 1.3	TPK2F95	2025/2025	TOTAL	SIM	
4	FIAT/ STRADA ENDURENCE CS – 07264	SXX5D64	2025/2025	TOTAL	SIM	
5	FIAT / STRADA ENDURENCE CS – 08146	SXX5E54	2025/2025	TOTAL	SIM	
6	FIAT/STRADA VOLCANO CD 1.3	TPT1C16	2025/2026	TOTAL	SIM	
7	SPIN PREMIER NOVA	TPT1B26	2025/2026	TOTAL	SIM	
8	STRADA WORKING / FIAT	QID-6847	2017/2018	TOTAL	SIM	
9	STRADA WORKING / FIAT	MKT-3F86	2012/2013	TOTAL	SIM	
10	ONIX HATCH JOY/ GM	QIP-6B07	2017/2018	TOTAL	SIM	

11	HB20 / VIG. EPID.	QJQ-5893	2019/2019	TOTAL	SIM	
12	HB20 / GESTÃO	QJK-9B74	2019/2019	TOTAL	SIM	
13	BIZ 110I/HONDA	QHT-0559	2016/2016	TOTAL	SIM	
14	BIZ 110I/HONDA	QHS-8079	2016/2016	TOTAL	SIM	
15	GOL / VW	RLA5F47	2020/2020	TOTAL	SIM	
16	VECTRA EXPRESSION / GM	MHR-6425	2009/2010	TOTAL	SIM	
17	FIAT / ARGO NOVO	RYN2A72	2023/2023	TOTAL	SIM	
18	SPIN (GABINETE)	RYN1H62	2023/2023	TOTAL	SIM	
19	SPIN PREMIER (CAPS)	RYQ5B55	2023/2024	TOTAL	SIM	
20	LOGAN DYNAMIQUE / RENAULT	QJC-3976	2018/2019	TOTAL	SIM	
21	SPIN LTZ / GM	QJI -6842	2018/2018	TOTAL	SIM	
22	PARTNER 1.6/PEUGEOT	RAH-2G50	2020/2020	TOTAL	SIM	
23	PEUGEOT EXPERT BUSINPK	GNC5C87	2020/2020	TOTAL	NÃO	
24	KA BONGO KIA (FURGÃO)	MMK-8672	2013/2014	TOTAL	NÃO	
25	FORD KA	QTK-3794	2019/2019	TOTAL	SIM	
26	FIAT/STRADA VOLCANO	RYF9A13	2023/2023	TOTAL	SIM	
27	L200 TRITON	AWZ7I05	2013/2013	TOTAL	SIM	
28	CAMINHÃO CARGA BASCULANTE	RYC5D06	2022/2023	TOTAL	NÃO	
29	CAMINHÃO (BASC.)	QJI-8234	2019/2019	TOTAL	NÃO	
30	FORD KA SE PLUS	RAI4G22	2019/2020	TOTAL	SIM	
31	UNO MILLE / FIAT	MLL-9936	2013/2013	TOTAL	SIM	
32	LIVINA S 1.6 16V / NISSAN	MLY-5713	2013/2014	TOTAL	SIM	
33	KA SEDAN 1.5 SE PLUS/FORD	QIY-0395	2018/2018	TOTAL	SIM	
34	CRONOS	RXP7J34	2022/2022	TOTAL	SIM	
35	MONTANA SPORT / GM	RAD0E52	2020/2020	TOTAL	SIM	
36	MOTO YAMAHA /YBR150 FACTOR	RAG-4146	2019/2019	TOTAL	SIM	
37	PALIO WEEK ATTRACTIVE / FIAT	MLW-1258	2013/2014	TOTAL	SIM	
38	FIAT/ ARGO	RYN2I74	2023/2023	TOTAL	SIM	
39	FIAT / ARGO CONSELHO TUTELAR	RYN2I44	2023/2023	TOTAL	SIM	
40	SPIN PREMIER	RYN4H54	2023/2024	TOTAL	SIM	
41	TRACKER PREMIER / GM	QJH-9E38	2018/2018	TOTAL	SIM	
42	CHEVROLET S10	RLJ6G35	2021/2022	TOTAL	SIM	
43	MOTO YAMAHA XTZ 150 CROSSER	RAD3J93	2020/2020	TOTAL	SIM	
44	FIAT / ARGO	RYR9C13	2023/2023	TOTAL	SIM	
45	OROCH / RENAULT	RDU4H64	2019/2020	TOTAL	SIM	
46	UNO MILLE / FIAT	MKK-7773	2012/2013	TOTAL	SIM	
47	LOGAN EXPRESSION / RENAULT	OKE-5646	2014/2015	TOTAL	SIM	
48	ONIX PLUS / CHEVROLET	RAA6J98	2022/2023	TOTAL	SIM	
49	KA SEDAN / FORD	OKD-7214	2019/2019	TOTAL	SIM	
50	LOGAN EXPRESSION / RENAULT	OKE-5G46	2014/2015	TOTAL	SIM	
51	MONTANA SPORT / GM	QJI-8264	2019/2019	TOTAL	SIM	
52	FIAT /STRADA VOLCANO	RYR8B33	2023/2023	TOTAL	SIM	
53	FIAT / ARGO	RYT9I06	2023/2023	TOTAL	SIM	

54	SAVEIRO / VW	MLK-7194	2013/2014	TOTAL	SIM	
55	CAMINHÃO12170 TURBO 2P (DIESEL)	MCF-4120	1997/1998	TOTAL	NÃO	
56	CAMINHÃO EUROOC.(BASC.) IVECO	MII-2754	2010/2010	RCF	NÃO	
57	FH12 380 GLOBETROTTER 4X2	ABB-4646	2004/2004	TOTAL	NÃO	
58	CAMINHÃO (BASC.)/ MERCEDES	OKF-0724	2014/2014	RCF	NÃO	
59	TECTOR CAMINHÃO (BASC.) IVECO	QJE-1575	2018/2019	RCF	NÃO	
60	TECTOR CAMINHÃO (BASC.) IVECO	QJE-1595	2018/2019	RCF	NÃO	
61	CAMINHÃO COMBOIO/MERCEDES	RAJ-0514	2019/2019	RCF	NÃO	
62	L200 TRITON	SXH0H64	2024/2025	TOTAL	SIM	
63	FORD KA HATCH	QTK-3814	2019/2019	TOTAL	SIM	
64	FIAT STRADA FREEDON CD	RXX0H25	2022/2022	TOTAL	SIM	
65	FIAT / STRADA FREEDON CS	RYN5G74	2023/2023	TOTAL	SIM	
66	FIAT/ STRADA FREEDON CD	RYK6G35	2023/2023	TOTAL	SIM	
67	DUSTER/ RENAULT	RAI-5187	2019/2020	TOTAL	SIM	
68	SPIN PREMIER SAÚDE PSF	RXX0D08	2023/2024	TOTAL	SIM	
69	FIAT/ ARGO GESTÃO	RYJ3E19	2023/2024	TOTAL	SIM	
70	FIAT / ARGO (NOVO) VIGIL.	RYT9I86	2023/2023	TOTAL	SIM	
71	CHEV/ONIX HATCH	RYA8B90	2023/2023	TOTAL	SIM	
72	CHEV/ONIX HATCH	RYA8G10	2023/2023	TOTAL	SIM	
73	CHEV/ONIX A+ PLUS	RYL5E18	2023/2024	TOTAL	SIM	
74	FIAT/ ARGO	RYW5I48	2023/2024	TOTAL	SIM	
75	FIORINO ENDURENCE	RYA7G30	2023/2023	TOTAL	SIM	
76	SPIN CARRO NOVO	RYT2J02	2023/2023	TOTAL	SIM	
77	SPIN PREMIER – TFD	SXN4E96	2024/2025	TOTAL	SIM	
78	STRADA FREEDOM CD	RYR7B80	2024/2025	TOTAL	SIM	
79	STRADA FREEDOM CD – DENGUE – VIGIL	RYR5I60	2024/2025	TOTAL	SIM	
80	FIORINO ENDURENCE – GESTÃO	RYR7C10	2024/2025	TOTAL	SIM	
81	ARGO DRIVE – VIGILANCIA	SXS5A29	2024/2025	TOTAL	SIM	
82	FORD TRANSIT	SXU5G96	2024/2025	TOTAL	SIM	
83	FORD TRANSIT	SXW8J71	2024/2025	TOTAL	SIM	
84	FIORINO ENDURENCE	SXU5F56	2024/2025	TOTAL	SIM	
85	SPIN PREMIER 18L	SXK2B70	2024/2025	TOTAL	SIM	
86	FIORINO ENDURE (INFORMATICA	RYR7D40	2024/2025	TOTAL	SIM	
87	NISSAN/ FRONTIER	SXA7A29	2024/2025	TOTAL	SIM	
88	FIAT/STRADA VOLCANO	SXQ6A89	2024/2025	TOTAL	SIM	
89	NISSAN/ FRONTIER	SXW3E21	2024/2025	TOTAL	SIM	
90	IVECO / DAILY 35CS	SXW1E11	2024/2025	TOTAL	SIM	
91	RENAULT/ MASTER FLASH	SXT3D79	2024/2025	TOTAL	SIM	
92	AMBULÂNCIA SPRINTER NOVA	RYW4G61	2022/2022	TOTAL	SIM	
93	CAMINHÃO M.BENZ ATEGO	SXI0F33	2023/2024	TOTAL	NÃO	
94	MASTER (AMB.)/ RENAULT	QIY-8275	2018/2019	TOTAL	SIM	
95	SPRINTER NOVA SAMU	RXY5E93	2022/2023	TOTAL	SIM	
96	RETRO 416E CATERP.	PTR-7283	2013/2014	RCF	NÃO	
97	TRATOR TT TL 85E/N.ROLLAND	QIO-7813	2016/2016	RCF	NÃO	
98	RETRO JCB 3CX	RAC-2074	2019/2019	RCF	NÃO	
99	RETROSCAVADEIRA CAT. 416E	PTR-1303	2019/2019	RCF	NÃO	

100	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	PTR-1873	2019/2019	RCF	NÃO	
101	TRATOR AGRÍCOLA SOLIS	ZMT7683	2022/2022	RCF	NÃO	
102	RETRO RD 406 / RANDON	MJN-8003	2012/2012	RCF	NÃO	
103	PRANCHA	RAB-9617	2019/2020	RCF	NÃO	
104	PATROLA 140G/ CATERPILLAR	PTR-0776	1990/1990	RCF	NÃO	
105	PATROLA 120K / CATERPILLAR	PTR-7286	2013/2013	RCF	NÃO	
106	MINI PÁ CARREG.COMPACTA	PTR-5844	2010/2010	RCF	NÃO	
107	TRATOR 785 AGRÍCOLA /VALTRA	PTR-1943	2005/2005	RCF	NÃO	
108	PÁCARREGADEIRA FR 120.2/ FAT.	CPI-1953	2000/2000	RCF	NÃO	
109	ROLO COMP. CA15DINAPAC	PTR-0778	2002/2002	RCF	NÃO	
110	RETRO RD416 (NOVA) CATERP.	PTR-8024	2015/2015	RCF	NÃO	
111	ROLO COMP. VIBRATÓRIO	PTR-1721	2019/2019	RCF	NÃO	
112	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA /ESTE.	PTR-1689	2019/2019	RCF	NÃO	
113	MOTONIVELADORA / KOMATSU	PTR-1650	2018/2018	RCF	NÃO	
114	MOTONIVELADORA / KOMATSU	PTR-1649	2018/2018	RCF	NÃO	
115	RETROESCAVADEIRA RD-7486	PTR-1733	2019/2019	RCF	NÃO	
116	RETROESCAVADEIRA RD-7485	PTR-1734	2019/2019	RCF	NÃO	
117	RETRO ESCAVADEIRA	PTR0488	2024/2024	RCF	NÃO	
118	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	PTR0487	2024/2024	RCF	NÃO	
119	RETO ESCAVADEIRA	PTR0672	2024/2024	RCF	NÃO	
120	RETRO ESCAVADEIRA – NEW HOLLAND	PTR0962	2024/2025	RCF	NÃO	
121	RETRO ESCAVADEIRA	PTR0961	2024/2025	RCF	NÃO	
122	IVECO / TECTOR	S/PLACA	2024/2025	RCF	NÃO	
123	IVECO / DAILY 35CS	S PLACA	2024/2025	TOTAL	NÃO	
					VALOR TOTAL	

LOTE 2: CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA PARA SEGURO DOS BENS MÓVEIS “VEÍCULOS” SENDO: COMPREENSIVA TOTAL, RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA DE VEÍCULOS (RCF-V) E RESPONSABILIDADE CIVIL OPERACIONAL (RCO), DA FROTA DA PREFEITURA DE ITAPOÁ. – CATSER 30127

Item	Veiculo	Placa	Ano	Cobertura	Carro Reserva	Valor Unitário
1	SPRINTER / MERCEDEZ	RLJ3C88	2019/2020	RCO	NÃO	
2	SPRINTER / MERCEDEZ	RXP7D84	2022/2022	RCO	NÃO	
3	NEOBUS	RLP3D20	2021/2022	RCO	NÃO	
4	ONIBUS ESCOLAR RURAL / VW	QHT-3953	2015/2015	RCO	NÃO	
5	NEOBUS MINI ESCOLAR /VW	RDV4E36	2020/2021	RCO	NÃO	
6	MICRO ONIBUS VOLARE	TPI9B32	2024/2025	RCO	NÃO	
7	MICRO ONIBUS/ IVECO	TPO6H44	2025/2026	RCO	NÃO	
8	MASTER MART / RENAULT	QJT-0I98	2018/2019	RCO	NÃO	
9	MICROONIBUS / VOLARE	RYC8F65	2022/2022	RCO	NÃO	
10	M.BENZ SPRINTER – VAN	TPT1D06	2025/2026	RCO	NÃO	
					VALOR TOTAL	

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital da Licitação;

1.2.3. A Proposta do contratado;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato podendo ser prorrogado nos termos do artigo 111, da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/08/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.13. Cumprir estritamente todas as leis, nacionais e internacionais, de prevenção à corrupção, lavagem de dinheiro, fraudes a licitações e contratos administrativos e condutas assemelhadas, devendo tomar as medidas aplicáveis substituindo de imediato qualquer pessoa identificada, ou a ela relacionada, que possua envolvimento com corrupção, e/ou apresente impedimento ético.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078/1990](#));

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133/2021](#));

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021](#));

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709/2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.20. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).

11.2. Sanções que poderão ser cominadas ao contratado, garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa:

I) Advertência quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021](#));

II) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente:

a) De até 5%, nos casos de não celebrar contrato, sobre o valor total do contrato pretendido;

b) De até 5%, nos casos de inexecução parcial do contrato (que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo), sobre o valor total do instrumento;

c) De até 5%, nos casos de descumprimento das obrigações decorrentes do contrato;

d) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 10% (dez por cento);

e) De até 10% (dez por cento), nos casos de inexecução parcial que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, sobre o valor do instrumento equivalente ao contrato, em percentual proporcional ao descumprimento, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

f) De até 15% (quinze por cento), nos casos de inexecução contratual total por parte do contratado, sobre o valor total do instrumento equivalente ao contrato, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder.

g) De até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato para os casos de apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa; praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza na execução do contrato.

III) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Itapoá, pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021](#));

IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, , quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133/2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133/2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021](#)):

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133/2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846/2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133/2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26/2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/2021](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021](#)).

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Prog	Proj/Ativ	FR	Subelemento
Sec. de Agricultura e Pesca	115	9	2	20	60	12	2047	150070000000	333903969
Sec. de Agricultura e Pesca	103	9	1	20	60	12	2038	150070000000	333903969
Sec. de planejamento e Urbanismo	39	6	1	4	45	4	2020	150070000000	333903969
Secretaria de Administração	33	5	1	4	12	3	2015	150070000000	333903969
Gabinete do Prefeito	23	3	3	4	18	20	2140	150070000000	333903969
Gabinete do Prefeito	5	1	1	4	12	2	2004	150070000000	333903969
Secretaria de Meio Ambiente	205	20	1	18	54	7	2056	150070000000	333903969
Secretaria de Meio Ambiente	210	20	1	18	54	7	2249	150070000000	333903969
Secretaria de Esporte e Lazer	248	8	3	27	81	27	2401	150070000000	333903969
Secretaria Turismo e Cultura	128	10	1	27	69	6	2051	150070000000	333903969
Secretaria da Fazenda	188	19	1	4	12	3	2018	150070000000	333903969
Secretaria de Infraestrutura	167	11	1	4	45	9	2077	150070000000	333903969
Secretaria de Ordem Pública	589	23	4	6	12	24	2398	150070000000	333903969
Sec. de Des. Social e Econômico	684	7	1	1	3	18	2205	150070000000	333903969
Fundo Municipal de Assistência Social	308	15	1	8	24	27	2305	150070000000	333903969
Fundo Municipal de Assistência Social	312	15	1	8	24	5	2122	150070000000	333903969
Fundo Municipal de Educação	412	13	1	12	361	21	2090	150010010000	333903969
Fundo Municipal de Educação	423	13	1	12	361	21	2095	150010010100	333903969
Fundo Municipal de Educação	435	13	1	12	361	21	2093	150010010000	333903969
Fundo Municipal de Saúde	561	14	1	10	302	13	2313	260070000700	333903969
Fundo Municipal de Saúde	518	14	1	10	304	13	2323	250170000200	333903969
Fundo Municipal de Saúde	390	14	1	10	302	13	2324	1600700001500	333903969
Fundo Municipal de Saúde	383	14	1	10	302	13	2315	150010020000	333903969

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13.3. Conforme previsto no § 3º do art. 14 do Decreto Municipal nº 5.853/2023 não há previsão de utilização de recursos da união.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021](#).

14.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

14.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133/2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133/2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133/2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527/2011](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente juntamente com as testemunhas nominadas.

Itapoá, __ de _____ 2024.

Representante legal do Contratante

Elaine Cristina Alves

Chefe de Gabinete do Prefeito

Rafael Eduardo de Oliveira

Secretário de Administração

Joarez Antonio Santin

Secretário de Agricultura e Pesca

Fábio T. Pietrangelo

Secretário de Assistência Social

Felipe Alessandro Santos

Secretário de Desenvolvimento Social e Econômico

Andressa Dambrós

Secretária de Educação

Fernando dos Santos

Secretário de Esporte e Lazer

Odir Schlichting da Silva

Secretário da Fazenda

Diogo E. L. Gonçalves

Secretário de Infraestrutura

Rafael Brito Silveira

Secretário do Meio Ambiente

José Antônio Stoklosa

Secretário de Ordem Pública e Trânsito

Alexandre Luis Constâncio

Secretária de Planejamento Urbano

Cristian Ângelo Grassi

Secretário de Saúde

Thiago M. Barbosa Simoes

Secretário de Turismo e Cultura

Representante legal do Contratado:

Xxxxxx

Xxxxxx

Fiscais:

Ricardo Freire Rodrigues Costa

Coordenador de Patrimônio

(Responsável Técnico)

Marcelo Antonio Tessaro

Diretor Administrativo

(Responsável Administrativo)

Testemunhas:

Xxxx

Xxxxxx

Xxxxx

xxxxxxx

ANEXO III - RELAÇÃO DOS VEÍCULOS

ITEM	PLACA	VEÍCULO	ANO / MODELO	CHASSI
1	TPO6H94	FIAT/ STRADA FREEDOM CD 1.3 FLEX	2025/2025	9BD281BKPSYH03841
2	TPO6I24	CHEV./ SPIN 18L AT PREMIER	2025/2025	9BGJP7520SB246946
3	TPK2F95	FIAT/ STRADA FREEOM CD 1.3	2025/2025	9BD281BKPS9929654
4	SXX5D64	FIAT/ STRADA ENDURENCE CS – 07264	2025/2025	9BD281AJPSYH07624
5	SXX5E54	FIAT / STRADA ENDURENCE CS – 08146	2025/2025	9BD281AJPSYH08146
6	TPT1C16	FIAT/STRADA VOLCANO CD 1.3	2025/2026	9BD281BLUT9948259
7	TPT1B26	SPIN PREMIER NOVA	2025/2026	9BGJP7520TB104559
8	QID-6847	STRADA WORKING / FIAT	2017/2018	9BD57834FJY180800
9	MKT-3F86	STRADA WORKING / FIAT	2012/2013	9BD27805MD7585309
10	QIP-6B07	ONIX HATCH JOY/ GM	2017/2018	9BGKL48U0JB149845
11	QJQ-5893	HB20 / VIG. EPID.	2019/2019	9BHBG51CAKP015844
12	QJK-9B74	HB20 / GESTÃO	2019/2019	9BHBG51CAKP032948
13	QHT-0559	BIZ 110I/HONDA	2016/2016	9C2JC7000GR128903
14	QHS-8079	BIZ 110I/HONDA	2016/2016	9C2JC7000GR128856
15	RLA5F47	GOL / VW	2020/2020	9BWAG45U6MT048695
16	MHR-6425	VECTRA EXPRESSION / GM	2009/2010	9BGAD69COAB141978
17	RYN2A72	FIAT / ARGO NOVO	2023/2023	9BD358ATVPYM67284
18	RYN1H62	SPIN (GABINETE)	2023/2023	9BGJP7520RB110688
19	RYQ5B55	SPIN PREMIER (CAPS)	2023/2024	9BGJP7520RB154402
20	QJC-3976	LOGAN DYNAMIQUE / RENAULT	2018/2019	93YA4SRFH4KJ471804
21	QJI -6842	SPIN LTZ / GM	2018/2018	9BGJC7520JB220272
22	RAH-2G50	PARTNER 1.6/PEUGEOT	2020/2020	8AEGCNFN8LG505116
23	GNC5C87	PEUGEOT EXPERT BUSINPK	2020/2020	9V8VBBHXGLA003971
24	MMK-8672	KA BONGO KIA (FURGÃO)	2013/2014	9UWSHX76AEN013864
25	QTK-3794	FORD KA	2019/2019	9BFZH55S1K8291142
26	RYF9A13	FIAT/STRADA VOLCANO	2023/2023	9BD281B4GPYY86260
27	AWZ7I05	L200 TRITON	2013/2013	93XJNB8TDCC66348
28	RYC5D06	CAMINHÃO CARGA BASCULANTE	2022/2023	953658268PR025435
29	QJI-8234	CAMINHÃO (BASC.)	2019/2019	9BFYEAMD5KBS78679
30	RAI4G22	FORD KA SE PLUS	2019/2020	9BFZH54S9L8448984
31	MLL-9936	UNO MILLE / FIAT	2013/2013	9BD15802AD6887418
32	MLY-5713	LIVINA S 1.6 16V / NISSAN	2013/2014	94DTAFL10EJ901959
33	QIY-0395	KA SEDAN 1.5 SE PLUS/FORD	2018/2018	9BFZH54J6J8159226
34	RXP7J34	CRONOS	2022/2022	8AP359AFDNU214177
35	RAD0E52	MONTANA SPORT / GM	2020/2020	9BGCS8030LB181756
36	RAG-4146	MOTO YAMAHA /YBR150 FACTOR	2019/2019	9C6RG3150L0018040
37	MLW-1258	PALIO WEEK ATTRACTIVE / FIAT	2013/2014	9BD373121E5045900

38	RYN2I74	FIAT/ ARGO	2023/2023	9BD358ATVPYM79467
39	RYN2I44	FIAT / ARGO CONSELHO TUTELAR	2023/2023	9BD358ATVPYM81509
40	RYN4H54	SPIN PREMIER	2023/2024	9BGJP7520RB122234
41	QJH-9E38	TRACKER PREMIER / GM	2018/2018	3GNCJ8CZ4JL358247
42	RLJ6G35	CHEVROLET S10	2021/2022	9BG148FK0NC411075
43	RAD3J93	MOTO YAMAHA XTZ 150 CROSSER	2020/2020	9C6DG2560L0015519
44	RYR9C13	FIAT / ARGO	2023/2023	9BD358AGZPYM79252
45	RDU4H64	OROCH / RENAULT	2019/2020	93Y9SR3H5LJ238774
46	MKK-7773	UNO MILLE / FIAT	2012/2013	9BD15802AD6710302
47	OKE-5646	LOGAN EXPRESSION / RENAULT	2014/2015	93Y4SRD64FJ460577
48	RAA6J98	ONIX PLUS / CHEVROLET	2022/2023	9BGEN69H0PG231346
49	OKD-7214	KA SEDAN / FORD	2019/2019	9BFZH54S0K8282367
50	OKE-5G46	LOGAN EXPRESSION / RENAULT	2014/2015	93Y4SRD64FJ460577
51	QJI-8264	MONTANA SPORT / GM	2019/2019	9BGCS8030KB212965
52	RYR8B33	FIAT /STRADA VOLCANO	2023/2023	9BD281B4GPYY75362
53	RYT9I06	FIAT / ARGO	2023/2023	9BD358ATFRYN02078
54	MLK-7I94	SAVEIRO / VW	2013/2014	9BWKB05U1EPO41885
55	MCF-4120	CAMINHÃO12170 TURBO 2P (DIESEL)	1997/1998	9BG674NHVWC002179
56	MII-2754	CAMINHÃO EURO.(BASC.) IVECO	2010/2010	93ZE2KH00A8710206
57	ABB-4646	FH12 380 GLOBETROTTER 4X2	2004/2004	9RVA5CMA84E703913
58	OKF-0724	CAMINHÃO (BASC.)/ MERCEDES	2014/2014	9BM693388EB957961
59	QJE-1575	TECTOR CAMINHÃO (BASC.) IVECO	2018/2019	93ZE12NMZK8934008
60	QJE-1595	TECTOR CAMINHÃO (BASC.) IVECO	2018/2019	93ZE12NMZK8934007
61	RAJ-0514	CAMINHÃO COMBOIO/MERCEDES	2019/2019	9BM958154KB140991
62	SXH0H64	L200 TRITON	2024/2025	93XLJKL1TSCR82439
63	QTK-3814	FORD KA HATCH	2019/2019	9BFZH5555K8309609
64	RXX0H25	FIAT STRADA FREEDON CD	2022/2022	9BD281B3CNXX18782
65	RYN5G74	FIAT / STRADA FREEDON CS	2023/2023	9BD281A9JPYY76947
66	RYK6G35	FIAT/ STRADA FREEDON CD	2023/2023	9BD281BPJPYE24295
67	RAI-5187	DUSTER/ RENAULT	2019/2020	93YHSR3HSLJ083176
68	RYX0D08	SPIN PREMIER SAÚDE PSF	2023/2024	9BGJP7520RB169206
69	RYJ3E19	FIAT/ ARGO GESTÃO	2023/2024	9BD358ATFRYN15025
70	RYT9I86	FIAT / ARGO (NOVO) VIGIL.	2023/2023	9BD358ATVPYM84335
71	RYA8B90	CHEV/ONIX HATCH	2023/2023	9BGEB48H0PG267479
72	RYA8G10	CHEV/ONIX HATCH	2023/2023	9BGEB48H0PG267478
73	RYL5E18	CHEV/ONIX A+ PLUS	2023/2024	9BGEN69H0RG190126
74	RYW5I48	FIAT/ ARGO	2023/2024	9BD358AGZRYN14701
75	RYA7G30	FIORINO ENDURENCE	2023/2023	9BD2651PAP9231883
76	RYT2J02	SPIN CARRO NOVO	2023/2023	9BGJP7520RB207001

77	SXN4E96	SPIN PREMIER – TFD	2024/2025	9BGJP7520SB155616
78	RYR7B80	STRADA FREEDOM CD	2024/2025	9BD281BKHSYG40817
79	RYR5I60	STRADA FREEDOM CD – DENGUE – VIGIL	2024/2025	9BD281BKHSYG36503
80	RYR7C10	FIORINO ENDURENCE – GESTÃO	2024/2025	9BD2651PJS9286214
81	SXS5A29	ARGO DRIVE – VIGILANCIA	2024/2025	9BD358ATGSYN89736
82	SXU5G96	FORD TRANSIT	2024/2025	WF0DTTVDXSU017399
83	SXW8J71	FORD TRANSIT	2024/2025	WF0DTTV4DSU018077
84	SXU5F56	FIORINO ENDURENCE	2024/2025	9BD2651PJS9281892
85	SXK2B70	SPIN PREMIER 18L	2024/2025	9BGJP7520SB206070
86	RYR7D40	FIORINO ENDURE (INFORMATICA	2024/2025	9BD2651PJS9288800
87	SXA7A29	NISSAN/ FRONTIER	2024/2025	SANBD33F8SL004004
88	SXQ6A89	FIAT/STRADA VOLCANO	2024/2025	9BD281BLKSYG46731
89	SXW3E21	NISSAN/ FRONTIER	2024/2025	8ANBD33F3SL067205
90	SXW1E11	IVECO / DAILY 35CS	2024/2025	93ZC635BZS8209584
91	SXT3D79	RENAULT/ MASTER FLASH	2024/2025	93YF62005SJ930297
92	RYW4G61	AMBULÂNCIA SPRINTER NOVA	2022/2022	8AC907643NE223600
93	SXI0F33	CAMINHÃO M.BENZ ATEGO	2023/2024	9BM951514RB352943
94	QIY-8275	MASTER (AMB.)/ RENAULT	2018/2019	93YMAFEXCKJ367454
95	RXY5E93	SPRINTER NOVA SAMU	2022/2023	8AC907643PE227970
96	PTR-7283	RETRO 416E CATERP.	2013/2014	CAT0416EVMFG04834
97	QIO-7813	TRATOR TT TL 85E/N.ROLLAND	2016/2016	HCCZTL85CGC453189
98	RAC-2074	RETRO JCB 3CX	2019/2019	SOR3CXTTVK2910237
99	PTR-1303	RETROESCAVADEIRA CAT. 416E	2019/2019	XXXXXXXX
100	PTR-1873	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	2019/2019	HBRR140CJ0005267
101	ZMT7683	TRATOR AGRÍCOLA SOLIS	2022/2022	EYWDJ1194619MS
102	MJN-8003	RETRO RD 406 / RANDON	2012/2012	000CA406AMC4W3427
103	RAB-9617	PRANCHA	2019/2020	9A9SRPR2ELCFP4003
104	PTR-0776	PATROLA 140G/ CATERPILLAR	1990/1990	5MD00909
105	PTR-7286	PATROLA 120K / CATERPILLAR	2013/2013	CAT0120KVJAP05018
106	PTR-5844	MINI PÁ CARREG.COMPACTA	2010/2010	A3KY38484
107	PTR-1943	TRATOR 785 AGRÍCOLA /VALTRA	2005/2005	7854519815
108	CPI-1953	PÁCARREGADEIRA FR 120.2/ FAT.	2000/2000	669
109	PTR-0778	ROLO COMP. CA15DINAPAC	2002/2002	678B642
110	PTR-8024	RETRO RD416 (NOVA) CATERP.	2015/2015	9AD406AEPF0006041
111	PTR-1721	ROLO COMP. VIBRATÓRIO	2019/2019	BLG0612HVKR023878
112	PTR-1689	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA /ESTE.	2019/2019	HBRR180CKK0000057
113	PTR-1650	MOTONIVELADORA / KOMATSU	2018/2018	KMTGD033EKBB10025
114	PTR-1649	MOTONIVELADORA / KOMATSU	2018/2018	KMTGD033EKBB10024
115	PTR-1733	RETROESCAVADEIRA RD-7486	2019/2019	RDV406AQCK0007486

116	PTR-1734	RETROESCAVADEIRA RD-7485	2019/2019	RDV406AQJK0007485
117	PTR0488	RETRO ESCAVADEIRA	2024/2024	S0R3CXTTLR3335094
118	PTR0487	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	2024/2024	CAT00313CHPL00243
119	PTR0672	RETO ESCAVADEIRA	2024/2024	HBZNB95CCRAH34114
120	PTR0962	RETRO ESCAVADEIRA – NEW HOLLAND	2024/2025	HBZNB95CTRH34816
121	PTR0961	RETRO ESCAVADEIRA	2024/2025	HBZNB95CERAH34712
122	S/PLACA	IVECO / TECTOR	2024/2025	93ZE62RNZS9708610
123	S PLACA	IVECO / DAILY 35CS	2024/2025	XXXXX
124	RLJ3C88	SPRINTER / MERCEDEZ	2019/2020	8AC907855LE181988
125	RXP7D84	SPRINTER / MERCEDEZ	2022/2022	8AC907855NE216519
126	RLP3D20	NEOBUS	2021/2022	9532E82W4NR046472
127	QHT-3953	ONIBUS ESCOLAR RURAL / VW	2015/2015	9532E82W2FR519402
128	RDV4E36	NEOBUS MINI ESCOLAR /VW	2020/2021	9532M52P8MR106181
129	TPI9B32	MICRO ONIBUS VOLARE	2024/2025	93PB58A10SC102671
130	TPO6H44	MICRO ONIBUS/ IVECO	2025/2026	93ZK61LFZT8712295
131	QJT-0I98	MASTER MART / RENAULT	2018/2019	93YMAFAXEKJ664700
132	RYC8F65	MICROONIBUS / VOLARE	2019/2020	8AC907855LE181988
133	TPT1D06	M.BENZ SPRINTER – VAN	2022/2022	8AC907855NE216519